



Diário Oficial do **LEGISLATIVO**

Câmara Municipal de Ilhéus

Segunda-feira • 4 de Agosto de 2025 • Ano XXI • Nº 2584

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Sumário

Atos Administrativos	02 a 05
Licitações	06 a 31
Portarias	32 a 41



Acesse o QR Code e tenha acesso a esse diário na íntegra

Atos Administrativos



Câmara Municipal de Ilhéus Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 43ª SESSÃO ORDINÁRIA da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura (2025 - 2028) Legislatura

Identificação Básica

Tipo de Sessão: SESSÃO ORDINÁRIA
Abertura: 06/08/2025 - 16:00
Encerramento: -

Correspondências

Expedientes

Matérias do Expediente

Não existem Matérias de Expediente para essa Sessão Plenária

Matérias da Ordem do Dia

Matéria	Ementa	Situação
1 - PARECER COMISSÃO nº 55 de 2025 Processo: - Autor: Ederjúnior Santos dos Anjos	PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 043/2025 QUE "RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA, A COOPERATIVA DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS CONSCIÊNCIA LIMPA - COOLIMPA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".	Não informada
2 - PROJETO DE LEI ORDINÁRIA nº 43 de 2025 Processo: - Autor: Enilda Mendonça Oliveira	Reconhece de Utilidade Pública a Cooperativa dos Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis Consciência Limpa - COOLIMPA.	Não informada
3 - PARECER COMISSÃO nº 46 de 2025 Processo: - Autor: Mesaque Barboza Soares	PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 046/2025 QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REMOÇÃO DOS CABOS E FIAÇÃO AÉREA, EXCEDENTES E INUTILIZADOS, INSTALADOS POR CONCESSIONÁRIAS QUE OPERAM OU UTILIZAM REDE AÉREA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS". DE AUTORIA DE SUA EXCELÊNCIA O VEREADOR MAURICIO BATISTA GALVÃO.	Não informada
4 - PROJETO DE LEI ORDINÁRIA nº 46 de 2025 Processo: - Autor: Mauricio Batista Galvão	Dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção dos cabos e fiação aérea, excedentes e inutilizados, instalados por concessionárias que operam ou utilizam rede aérea no Município de Ilhéus-BA, e dá outras providências.	Não informada

Praça JJ Seabra, SN - Ilhéus BA Tel.: (73) 2101-2600 <https://www.ilheus.ba.gov.br/> - E-mail: camara@ilheus.ba.leg.br 04/08/2025



Câmara Municipal de Ilhéus
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

**Pauta da 43ª SESSÃO ORDINÁRIA da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura
(2025 - 2028) Legislatura**

Matéria	Ementa	Situação
5 - Requerimento nº 470 de 2025 Processo: - Autor: Enilda Mendonça Oliveira	Requeiro que seja encaminhado ao Exmo. Senhor Valderico Reis Junior, Prefeito do Município de Ilhéus, com cópia para o Senhor, Gabriel Cerqueira, Secretário de Infraestrutura e Defesa Civil, para que sejam fornecidas informações detalhadas acerca das condições estruturais atuais da Central de Abastecimento de alimentos do Malhado, incluindo a apresentação de um laudo técnico de vistoria recente, com diagnóstico completo do estado da estrutura e as devidas recomendações técnicas que comprovem sua aptidão para o pleno funcionamento.	Não informada
6 - Requerimento nº 471 de 2025 Processo: - Autor: Manucleiton Souza Moraes	O Vereador signatário, com assento nesta Casa Legislativa, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 83, inciso III do Regimento Interno, solicita a Vossa Excelência que seja submetido o presente requerimento para apreciação do plenário, sendo aprovado que seja oficiado, o Comando da Polícia Militar da Bahia, à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, à Superintendência de Polícia da Região Sul e Secretaria de Relações Institucionais do Município de Ilhéus, solicitando um estudo técnico, busca de área para a construção em parceria com o Município de um módulo próprio para a Polícia Militar no Bairro Salobrinho.	Não informada
7 - Requerimento nº 472 de 2025 Processo: - Autor: Manucleiton Souza Moraes	O Vereador signatário, com assento nesta Casa Legislativa, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 83, inciso III do Regimento Interno, Requeiro a mesa na forma da legislação vigente, após tramitação do soberano plenário que seja encaminhada correspondência ao chefe do executivo Sr Valderico Luiz Dos Reis Junior, solicitando a manutenção do posto policial no bairro do salobrinho; como também a realocação em um outro espaço que ofereça condições sanitárias adequadas. Ressalte que o atual espaço onde funciona não atende o mínimo necessário das atividades policiais bem como o atendimento ao público, certo de contarmos com apoio irrestrito de vossa excelência agradecemos.	Não informada
8 - Requerimento nº 473 de 2025 Processo: - Autor: Enilda Mendonça Oliveira	Requer de Vossa Excelência que seja enviado ofício ao Senhor Robson de Jesus Silva, solicitando que a Empresa Baiana de Água e Saneamento EMBASA, realize, com urgência, revisão na rede de esgoto na rua Guanabara, próximo ao número, 16, Barra do Itaípe.	Não informada

Praça JJ Seabra, SN - Ilhéus BA Tel.: (73) 2101-2600 <https://www.ilheus.ba.gov.br/> - E-mail: camara@ilheus.ba.leg.br 04/08/2025



Câmara Municipal de Ilhéus
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

**Pauta da 43ª SESSÃO ORDINÁRIA da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura
(2025 - 2028) Legislatura**

Matéria	Ementa	Situação
9 - Requerimento nº 474 de 2025 Processo: - Autor: Tandick Resende de Moraes Júnior	Requer o envio de correspondência ao Prefeito Municipal, para que preste INFORMAÇÕES detalhadas acerca das medidas adotadas ou previstas pela Administração para o reforço da segurança, melhoria da iluminação, manutenção da infraestrutura e implantação de sistema de monitoramento no Cemitério da Vitória. A presente solicitação fundamenta-se em diversos relatos de atos de vandalismo ocorridos no local, os quais têm causado profunda indignação à população e desrespeito à memória dos entes sepultados, afetando diretamente o direito das famílias a um ambiente digno, seguro e preservado.	Não informada
10 - Requerimento nº 475 de 2025 Processo: - Autor: Tandick Resende de Moraes Júnior	Requer o envio de correspondência ao Prefeito Municipal, com atenção à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando INFORMAÇÕES sobre as providências adotadas para garantir o pleno funcionamento do Posto de Saúde do Distrito de São José, especialmente quanto à alocação de profissionais, médicos especialistas e ao abastecimento de insumos essenciais. A solicitação se baseia em relatos da comunidade local sobre a precariedade da unidade, que estaria sem enfermeiro para triagem, agente de limpeza e com falta de medicamentos e materiais básicos. Diante disso, solicita-se também a indicação de um prazo para a regularização da situação.	Não informada
11 - MOÇÃO nº 82 de 2025 Processo: - Autor: Márcio Brandão Santos	AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS Senhor Presidente, O Vereador que este subscreve, com base no Artigo 111, parágrafo 2º, inciso VI do Regimento Interno desta casa, solicita a V. Exa., com aquiescência do plenário, que seja enviado a presente MOÇÃO DE PESAR, externando nossa solidariedade à família enlutada, pelo falecimento da Músico Nivaldo Mota dos Santos, ocorrido no dia 29 do mês de julho do corrente ano.	Não informada
12 - MOÇÃO nº 83 de 2025 Processo: - Autor: Mauricio Batista Galvão	O Vereador que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta à Mesa Diretora, a presente MOÇÃO DE APLAUSOS ao SINTEPAV - Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada e Montagem Industrial do Estado da Bahia, pela passagem dos seus 33 anos de fundação.	Não informada

Praça JJ Seabra, SN - Ilhéus BA Tel.: (73) 2101-2600 <https://www.ilheus.ba.gov.br/> - E-mail: camara@ilheus.ba.leg.br 04/08/2025



Câmara Municipal de Ilhéus
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

**Pauta da 43ª SESSÃO ORDINÁRIA da 1ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura
(2025 - 2028) Legislatura**

Matéria	Ementa	Situação
13 - MOÇÃO nº 84 de 2025 Processo: - Autor: Márcio Brandão Santos	AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS Senhor Presidente, O Vereador que este subscreve, com base no Artigo 111, parágrafo 2º, inciso VI do Regimento Interno desta casa, solicita a V. Exa., com aquiescência do plenário, que seja enviado a presente MOÇÃO DE PESAR, externando nossa solidariedade à família enlutada, pelo falecimento da senhora Sônia Maria Magalhães, ocorrido no dia 03 do mês de agosto do corrente ano.	Não informada
14 - MOÇÃO nº 85 de 2025 Processo: - Autor: Tandick Resende de Moraes Júnior	Requer a aprovação de Moção de Congratulação e aplausos, nos anais desta Casa de Leis, ao atleta Ilheense Tiago Nicola, pela conquista do 4º título consecutivo no Campeonato Baiano de Canoas Polinésia, bem como pelo reconhecimento de sua trajetória vitoriosa no esporte, com 27 anos de dedicação à canoagem, títulos nacionais e internacionais.	Não informada
15 - MOÇÃO nº 86 de 2025 Processo: - Autor: Tandick Resende de Moraes Júnior	Requer a aprovação de Moção de Pesar pelo falecimento da Sra. Emanuelle De Souza Pessoa Matos, nos anais desta Casa de Leis.	Não informada
16 - MOÇÃO nº 87 de 2025 Processo: - Autor: Enilda Mendonça Oliveira	A Vereadora que a esta subscreve, solicita a V. Exa., com aquiescência do plenário, que seja enviado a presente MOÇÃO DE PESAR, externando nossa solidariedade à família enlutada, pelo falecimento de, Emanuelle de Souza Pessoa Matos, ocorrido sexta-feira, 1º de agosto de 2025.	Não informada

Licitações



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

**AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 055/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2025**

A Câmara Municipal de Ilhéus Bahia, comunica aos interessados que: em virtude de erro material na especificação dos aparelhos, constante no Termo de Referência, torna-se sem efeito a publicação do **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2025**, publicada no Diário Oficial no dia 01 de agosto de 2025 edição - nº. 2583
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de aparelhos de ar condicionados. para serem utilizados pelo Poder Legislativo Municipal de Ilhéus – BA, conformes, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos

Após as devidas retificações o aviso de Dispensa de Licitação será republicado

Ilhéus - BA, 04 de agosto de 2025.

Silvan Silva Oliveira
Agente de Contratação



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 055/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2025

Torna-se público que o(a) que a CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS (BA), pessoa jurídica de Direito Interno Público, inscrita no CNPJ n. 13.009.816/0001-28, com sede à Rua J. J. Seabra, s/n, CEP: 45.653-280, Centro, Ilhéus (BA), realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Período de recebimento das propostas:

INÍCIO: 04 DE AGOSTO DE 2025 ÀS 00:01H, HORÁRIO DE BRASÍLIA.
DATA FINAL: 07 DE AGOSTO DE 2025 ÀS 23:59, HORÁRIO DE BRASÍLIA.

Forma de envio: Pelo e-mail: licitacoes.camarailheus@gmail.com, podendo ainda entregar presencialmente na sede da Câmara na Divisão de Licitação e Contratos

O presente ficará aberto por um período de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação do AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues no Departamento de licitações e contratos na sede da Câmara Municipal de Ilhéus, no endereço supracitado, das 09:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, ou encaminhados para o endereço eletrônico mencionado acima, fazendo referência ao aviso acima epigrafado.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a Contratação de empresa para aquisição de aparelhos de ar condicionados. para serem utilizados pelo Poder Legislativo Municipal de Ilhéus – BA, conformes, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos

1.2 A contratação será feita por lote, de acordo com planilha de especificações constante no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 O Local de fornecimento/prestação de serviço deverá ser na sede da Câmara Municipal de Ilhéus-Bahia.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1. Poderão participar enviar as cotações empresas do ramo de prestação de serviços do objeto da contratação, munida de todas as certidões negativas, e que não estejam impedidas de licitar com o poder público.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os Fornecedores/prestadores:

2.1.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. Sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1. O ingresso do fornecedor/prestador de serviço na disputa da dispensa se dará com o envio/protocolo de sua proposta de preços e documentos no endereço eletrônico ou com o protocolo dos mesmos no endereço supramencionado no preâmbulo deste aviso.

3.2. O fornecedor/prestador de serviço interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. Ao apresentar a proposta de preços para a presente dispensa, independente de apresentar transcrição em sua proposta final assinada, a proponente concorda/declara que:

3.2.1.1. Nos valores unitários e globais já estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens., nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

3.2.1.2. Fornecerá o objeto deste certame, em estrita observância das condições estabelecidas no termo de referência a contar da data de assinatura do instrumento contratual .

3.2.1.3. Emitirá e entregará a nota fiscal, para que após a entrega e aceite do(s) serviço(s) seja efetuado o respectivo pagamento;

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

- 3.2.1.4. Mantém a validade da Proposta de Preços pelo período mínimo de 60 dias.
- 3.2.1.5. Os serviços a serem prestados estarão em conformidade com o Termo de Referência.
- 3.2.1.6. Declara, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, estando ciente da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.4.1. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.7. Uma vez enviada ou protocolada a proposta, os Fornecedores/prestadores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.8. O envio da proposta pelo fornecedor, presume que:
- 3.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.8.2. Que tem pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretroatável das exigências e condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.8.3. Que, sob as penas da Lei, declara a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre si e os responsáveis por este processo, quer direta ou indiretamente.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 4.1. Encerrado o período de recebimento das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, a mesma será desclassificada.
- 4.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 4.3.1. contiver vícios insanáveis;
- 4.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 4.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

- 4.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 4.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 4.4. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços que:
- 4.4.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 4.4.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 4.5. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.6. Erros no preenchimento da planilha de proposta de preços constituem motivo para sua desclassificação, salvo se tratar de erro meramente formal, onde a proposta poderá ser ajustada pelo proponente, no prazo indicado.
- 4.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 4.8. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 4.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

- 5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste aviso e deverão ser enviados pelos proponentes.
- 5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 5.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas, haverá a sua desclassificação.
- 5.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 5.5. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

5.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.9. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

5.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante ao órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

6.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

7.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os Fornecedores/prestadores em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no termo de referência.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou poderá ser cobrada judicialmente.

7.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Toda comunicação se dará por meio de publicação em diário oficial, devendo o fornecedor acompanhar as publicações até o final do procedimento licitatório, ficando o mesmo responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de qualquer publicação emitida pela Administração que não teve seu acompanhamento.

8.2. No caso de todos os Fornecedores/prestadores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.2.2. Republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.3. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos Fornecedores/prestadores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.4. No julgamento das propostas de preços e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no processo administrativo e publicado para ser acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

8.5. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.6. Os Fornecedores/prestadores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.7. Os Fornecedores/prestadores não poderão alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

8.8. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do Contrato sem prejuízo de aplicação das demais sanções cabíveis.

8.9. A Câmara Municipal poderá revogar o presente Aviso de Contratação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de ato superveniente, devidamente justificado.

8.10. A Câmara Municipal poderá anular o presente Aviso de Contratação, no todo ou em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação.

8.10.1. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso de Contratação não gera direito a indenizações.

8.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando que só iniciam e vencem os prazos em dia útil, considerado aquele que tenha expediente normal na Câmara Municipal, exceto quando for explicitamente disposto o contrário.

8.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

ANEXO III- *Declaração de Reserva de Cargos PCD*

ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO V – Minuta de Contrato;

Ilhéu-Bahia, 18 de julho de 2025.

Silvan Silva Oliveira
Agente de Contratação

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem como objeto a Contratação de empresa para aquisição de aparelhos de ar condicionados. para serem utilizados pelo Poder Legislativo Municipal de Ilhéus – BA, conformes, quantidades e exigências estabelecidas, neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A aquisição dos materiais ora demandados objetiva a substituição de equipamentos obsoletos e danificados em razão do tempo de uso,

Cujo o objeto é a aquisição de aparelhos de ar condicionado. De acordo com as solicitações de demanda os produtos que se pretende adquirir são necessários e imprescindíveis à Administração, para atendermos as necessidades de alguns departamentos e gabinetes da Câmara Municipal de Ilhéus - Bahia. Ademais, é de grande importância a aquisição dos produtos, de modo a minimizar riscos de paralisação ou de descontinuidade de atividades, mantendo constante a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS

LOTE 01			
ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
1	und	02	Aparelho de ar condicionado - Tensão nominal: 220 V 3F Frequência: 60 Hz Capacidade de Refrigeração: 60.000 BTU/h Classificação de Eficiência energética EER(W/W): 5,5 Eficiência energética selo procel: CLASSE A consumo: 114 kwh/mês Controle por controle remoto Potência Elétrica: 5420 W Corrente elétrica nomina: 11,5 A, Circulação de Ar: 3025 m³/h Grau de proteção: IP24 Nível de ruído: 52 db(A) Gás Refrigerante: R410A OU R-32, potência em Stand By: 1W- POTÊNCIA 60.000
2	und	03	Aparelho de ar condicionado capacidade 24.000 BTU s. Tipo Split tensão 220 volts monofasico com etiqueta de eficiencia energetica A selo Procel operacao frio controle remoto sem fio com todas as funcoes fluxo de ar de alta eficiencia minimo de 3 velocidades visualizacao da temperatura no painel frontal da evaporadora desumidificador superpotencia oscilacao horizontal ajuste automatico do fluxo de ar timer programavel serpentina de cobre com tecnologia inverter gas refrigerante R 32. Garantia de fornecedor minima de 12 meses.
3	und	06	Aparelho de ar condicionado split 12.000 btu's descrição: modelo: split high wall- tipo de ciclo: frio- cor: branca- ence: d- filtro de ar: anti-bactéria- vazão de ar: no mínimo 1.150 m³/h- controle remoto: sim- termostato: digital- funções: sleep e

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

			swing- voltagem: 220v- o equipamento de ar condicionado tipo split high wall, deverá possuir a tecnologia inverter. Todos os modelos dos aparelhos de ar condicionado deverão apresentar etiqueta nacional de conservação de energia - ence autorizada pelo inmetro.
--	--	--	--

4 LOCAL, PRAZO, CONDIÇÕES PARA ENTREGA E ACEITAÇÃO

4.1 O objeto do presente termo de referência será recebido em remessa única pela Contratante e obedecerão à legislação vigente e dar-se-ão, em especial, da seguinte forma:

a) Recebimento Provisório: Os produtos deverão ser entregue no local conforme ordem de fornecimento, preferencialmente acondicionado em embalagem individual adequada, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, Para efeito de verificação da conformidade do material com a especificação, em até 24 (vinte e quatro) horas após recebimento da ordem de fornecimento.

b) Recebimento Definitivo: No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

4.2. É de total responsabilidade da contratada todas as despesas com o transporte do material até o local indicado para entrega, taxas, encargos de qualquer natureza e qualquer despesa administrativa incidentes no preço apresentado.

4.3. Os produtos devem ser entregues acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação da quantidade por lotes entregues de cada material.

4.4 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 06 meses.

4.5. Os bens deverão ser entregues na sede do órgão, na Praça J. J Seabra, s/n, Centro, Ilhéus, no horário das 09:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas, sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado.

5. DO SIGILO DO PREÇO ESTIMADO

5.1 Quanto à ausência de preço estimado da contratação, deixamos de apresentá-lo tendo em vista a finalidade de buscar uma empresa ou profissional que conheça os valores reais praticados no mercado, e não aquelas que se utilizam apenas de realizar descontos sobre o preço médio publicado com o objetivo apenas de vencer o certame sem se preocupar de fato com a prestação de serviços para a entidade.

Neste sentido, o orçamento sigiloso não é inconstitucional e tampouco viola o princípio da publicidade, já que este deve ser ponderado com outros princípios, em especial, os princípios da competitividade, da eficiência e da economicidade, visando atender ao interesse público. Além disso, o sigiloso não é absoluto, mas relativo, especialmente se tendo em conta que o valor estimado do contrato deve ser disponibilizado aos órgãos de controle interno e externo.

5.3 Como vantagens do orçamento sigiloso, podemos citar que, com ele, busca-se equiparar a chamada "assimetria de informações", ou seja, a Entidade não sabe o preço mínimo do fornecedor e ele também não sabe o preço máximo. Isso pode gerar vantagem econômica na contratação de modo que o preço máximo estimado pela Câmara não sirva como um parâmetro para que os licitantes ofertem as suas propostas aplicando apenas um percentual de redução de valores, muitas vezes, sem trabalho técnico e responsável e sem analisar detidamente todos os elementos do edital. Parte-se do pressuposto de que os licitantes tomariam por base o preço

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

estimado – que, às vezes, pode apresentar falhas de pesquisa e sobrepreço – e, dessa forma, não apresentariam os preços mais competitivos.

Ora, a partir do momento em que o Legislativo informa que aceita pagar determinado valor, de certa forma há uma tendência que os licitantes ofertem preços próximos daquilo que foi estipulado como preço máximo admitido – o que evidentemente não atende ao objetivo da seleção da proposta mais vantajosa. É um comportamento racional do licitante querer maximizar os seus lucros. O sigilo do valor estimado da contratação serve para que os licitantes apresentem valores reais de mercado, de acordo com os seus custos efetivos, de modo que a empresa estatal alcance melhores propostas.

Conforme Edgar Guimarães e José Anacleto Abduch Santos (2017, p. 116):

“Tal medida se orienta a fomentar a elaboração de orçamentos próprios e independentes pelas empresas potencialmente interessadas em participar da licitação. Tal procedimento tende a diminuir o risco da contratação. Não é incomum que os licitantes deixem de elaborar os próprios orçamentos de serviços e obras, limitando-se a ofertar proposta de preço a partir do valor estimado da licitação (adota-se o valor estimado da contratação como referência, aplica-se um percentual de desconto aleatório e distribui-se o resultado da operação aritmética em planilha de custos unitários), sem a consideração de particularidades econômico-financeiras próprias”.

Por fim, conforme já exposto acima, se o licitante sequer sabe precificar o custo efetivo daquilo que vai fornecer ou executar ou desconhece os valores praticados no mercado, provavelmente a Casa das Leis poderá ter problemas na execução do contrato, com prejuízos financeiros e no atendimento da sua necessidade.

6 CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS E BENS COMUNS

6.1 Os serviços a serem prestados na presente dispensa de licitação enquadram-se na definição de serviços caracterizados como comuns, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples, cujos padrões de desempenho são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Acompanhar, orientar e fiscalizar, diretamente, os serviços prestados pela CONTRATADA, exigindo o fiel cumprimento dos serviços contratados, competindo-lhe adotar todas as providências neste sentido;
- b) Supervisionar e avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, com vistas à aferição da eficiência dos resultados das ações;
- c) Efetuar os pagamentos devidos à contratada, conforme ajustado no presente Contrato;
- d) Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de quaisquer imperfeições ou irregularidades na execução dos serviços contratados, fixando prazo para sua correção;
- e) Designar um servidor responsável pela fiscalização deste contrato.

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar os serviços contratados em estrita observância às especificações da proposta, do Termo de Referência e do Contrato.
- b) Atender prontamente a quaisquer exigências da Câmara, inerentes ao objeto do presente Termo.
- c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, qualquer vício, defeito ou incorreções resultantes da execução.
- d) Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou do acompanhamento pela CONTRATANTE.
- f) Aceitar, nas mesmas condições da proposta, as alterações, acréscimos e supressões no objeto do contrato, de acordo com legislação vigente.
- g) Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência, além dos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- h) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.
- i) Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, devendo, para tanto, nomear preposto, para, durante o período de vigência contratual, representá-lo na execução do contrato.

9. DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

- 10.1 A execução do objeto será realizada na sede da Contratante ou em local indicado por ela.
- 10.2 A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, desde que o objeto se enquadre nas hipóteses admitidas da Lei Federal 14.133/21 e sejam cumpridas as exigências impostas pela moderna doutrina e pela jurisprudência atualmente aplicada ao caso, inclusive quanto ao tempo máximo de vigência admitido para o objeto contratado.
- 10.3 Poderão ser realizadas alterações contratuais, desde que dentro das hipóteses admitidas pela Lei Federal 14.133/21 e sejam cumpridas as exigências impostas pela moderna doutrina e pela jurisprudência atualmente aplicada ao caso.

10. DO PAGAMENTO:

- 10.1 O Pagamento será realizado após a prestação do serviço no prazo de até 30 dias após a emissão de Nota fiscal eletrônica.
- 10.2 Os pagamentos serão procedidos por meio eletrônico através do sistema bancário em forma de crédito em conta corrente da CONTRATADA.
- 10.3 Nenhum pagamento será efetuado em caráter antecipado, ou antes, de quitada ou relevada qualquer penalidade prevista no contrato.

11 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

11.1 Poderão enviar Propostas de Preços as empresas do ramo de atividades do objeto da contratação, munida da documentação de Habilitação, e que não estejam impedidas de licitar com o poder público.

11.1.1 - PESSOA JURÍDICA

11.1.1.1 Habilitação Jurídica

- a) Cédula de identidade do representante legal;
- b) Tratando-se de sociedade comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, com as devidas adaptações, conforme determina o art. 2.031 do Código Civil Brasileiro em vigor e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;
- c) No caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de que a diretoria está em exercício;
- d) Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, Certidão emitida por Junta Comercial ou por outro órgão competente.

11.1.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo à sede do licitante, ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade, e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através da apresentação do CRS – Certificado de Regularidade de Situação, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, através da Certidão Negativa de Débito (CND), expedida pelo INSS;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do artigo 642-A do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

11.1.1.4 Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência e concordata e recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da empresa.

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

11.1.1.3. Declarações:

- a) Declaração que cumpre os requisitos de habilitação;
- b) Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei n.º 9.854/99), conforme modelo apresentado no Anexo II;

12. CONTRATAÇÃO

12.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

12.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante ao órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

12.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

12.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13 SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 13.1.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 13.1.1.9 Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 13.1.1.11 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os Fornecedores/prestadores em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 13.1.1.12 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

13.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no termo de referência.

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou poderá ser cobrada judicialmente.

13.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Toda comunicação se dará por meio de publicação em diário oficial, devendo o fornecedor acompanhar as publicações até o final do procedimento licitatório, ficando o mesmo responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de qualquer publicação emitida pela Administração que não teve seu acompanhamento.

14.2 No caso de todos os Fornecedores/prestadores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

14.2.1 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

14.2.2 Republicar o presente aviso com uma nova data;

14.2.3 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

14.3 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos Fornecedores/prestadores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.4 No julgamento das propostas de preços e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no processo administrativo e publicado para ser acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.5 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os Fornecedores/prestadores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

14.7 Os Fornecedores/prestadores não poderão alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

14.8 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do Contrato sem prejuízo de aplicação das demais sanções cabíveis.

14.9 A Câmara Municipal poderá revogar o presente Aviso de Contratação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de ato superveniente, devidamente justificado.

14.10 A Câmara Municipal poderá anular o presente Aviso de Contratação, no todo ou em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação.

14.10.1 A anulação do procedimento oriundo deste Aviso de Contratação não gera direito a indenizações.

14.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

14.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando que só iniciam e vencem os prazos em dia útil, considerado aquele que tenha expediente normal na Câmara Municipal, exceto quando for explicitamente disposto o contrário.

14.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO IV – Minuta de Contrato;

Ilhéus – Bahia, 31 de julho de 2025.

Abraão Oliveira dos Santos
Diretora de Gabinete

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2025

**ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal do Brasil, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Cidade/Estado, XX de XXXXXXXXXXXX de 2025.

Razão Social

CNPJ

Representante legal
Documento de identificação

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2025

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PCD

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, declara para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência - PCD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

Cidade/Estado, XX de XXXXXXXXXX de 2025.

Razão Social

CNPJ

Representante legal
Documento de identificação

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

ANEXO IV

ESPECIFICAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

- 1 – NOME DO PROPONENTE
- 2 – NÚMERO DO CNPJ
- 3- ENDEREÇO
- 4- E-MAIL
- 5- TELEFONE DE CONTATO

OBJETO:

PLANILHA DE PREÇOS

Item	Descrição	Unid	Qtd.	Valor Unit	Valor total

Valor da Proposta:

Validade da Proposta:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Aviso, Termo de Referência e no contrato.

Declaramos que no preço cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como impostos, taxas ou quaisquer outros encargos que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária, inclusive aqueles de trata o do Termo de Referência e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Cidade/Estado, XX de XXXXXXXXXXXX de 2025.

Razão Social
CNPJ
Representante legal
Documento de identificação
Assinatura do Representante Legal da Empresa

Obs. Deve ser especificado o nome completo e documento de identificação do responsável pela elaboração da presente proposta

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

Minuta do Contrato n. xx/2025

Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Ilhéus e XXXXXXXXXXXXX para os fins que especifica.

Pelo presente contrato de prestação de serviços que entre si, firma o Município de Ilhéus, por intermédio da **CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS (BA)**, pessoa jurídica de Direito Interno Público, inscrita no CNPJ n. 13.009.816/0001-28, com sede à Rua J. J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus (BA), CEP 45653-280, representada por seu Presidente **XXXXXXXXXXXX**, portador da RG nº. xxxxxxxxxxxx SSP-xxx e CPF n. xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxx, xxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxx - xxxxxx, aqui denominado **CONTRATANTE**, a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n. XXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXX, XXXXXX - XXXXX, CEP: XXXXX, representada neste ato por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) do RG n. XXXXXXXXXXXX, SSP/BA e CPF n. XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXX, XXXXXX CEP XXXXXXXXXXXX, designada aqui como **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato em conformidade com a Lei 14.133/2021, com as alterações introduzidas posteriormente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo tem como objeto XXX.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

2.1. Descrição e especificação dos serviços:

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1					
				TOTAL R\$	

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 Pela execução total do presente CONTRATO a Câmara Municipal de Ilhéus, pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx), de acordo com o fornecimento do serviço, conforme planilha apresentada na segunda cláusula.

3.2 Nos preços estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços, entendendo-se como tais as decorrentes de

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

fornecimento de materiais, mão-de-obra, controle tecnológico, equipamentos, transportes, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, impostos gerais e sobre serviços, taxas, licenças, mobilização, desmobilização, remuneração da contratada e quaisquer outras despesas necessárias à total realização dos serviços;

3.3 Os preços são fixos e irremovíveis.

3.4 Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente n. xxxxxx, Agência xxxxxx, Banco xxxxxxxx, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pela Contratada;

3.5 Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da Contratada;

3.6 O pagamento não isenta a CONTRATADA da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação;

3.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE, do mês anterior ao vencimento da fatura.

3.8 A Contratada fica obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica para pagamento do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

4.1. O prazo de vigência contratual será de xxxxxxxx a xxxxxxxx.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

5.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do CONTRATO, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO;

5.3. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta CLÁUSULA, não transfere à Câmara Municipal de Ilhéus, responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do CONTRATO;

5.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

5.5. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;

5.6. Facilitar a mais ampla e minuciosa fiscalização da execução dos serviços objeto do presente CONTRATO que a Câmara Municipal de Ilhéus, considerar imperfeitos;

5.7. Comunicar imediatamente à Câmara Municipal de Ilhéus, qualquer alteração que, porventura venha a sofrer em seu contrato social;

5.8. A CONTRATADA obriga-se ao reconhecimento de que a inexecução total ou parcial do presente CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequentes penalidades contratuais e as demais previstas em Lei ou regulamento;

5.9. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

Contrato, na forma prevista na Lei 14.133/21;

5.10. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes;

5.11. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preço previsto neste Contrato, as atualizações, compensações ou penalidades financeiras decorrentes das condições de pagamento aqui previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo podendo ser registrados por simples apostila dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

6.1. Para a aplicação das penalidades previstas serão levadas em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato conforme discriminado a seguir:

6.1.1. **ADVERTÊNCIA ESCRITA**, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do licitante e/ou contratado, sendo cabível apenas em falhas leves que não acarretem prejuízos graves ao Município;

6.1.2 Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nas Leis Federais números 8.666/93, assim como em decreto regulamentador do pregão, sujeitando-se os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo;

6.1.3 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

6.1.4 A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei;

6.1.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente;

6.1.5 Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta;

6.1.6 As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

6.1.7]Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

previstos nas disposições legais citadas;

6.1.8 Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram em outros ilícitos previstos em lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

7.1. A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas na Lei n.14.133/21;

7.2. A Contratante poderá rescindir administrativamente o respectivo Contrato, nas hipóteses previstas na legislação vigente;

7.3. Nas hipóteses de rescisão com base em qualquer das hipóteses da Lei n. 14.133/21, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

CLAUSULA OITAVA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

Órgão: 01 – Câmara Municipal

Unidade: 01 – Câmara Municipal

Projeto/Atividade xxxxx - xxxxxxxxxxxxxxxx

Elemento: xxxxxxxxxxxxxxxx - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Fonte de recursos: xx-xxxxxxxxxxxxx

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA COMERCIAL

9.1 O presente contrato está vinculado ao Processo de Dispensa de Licitação n. xxx/2025, ao Termo de Referência que o integra e à Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1 A contratação consubstanciada no presente instrumento fora objeto de em razão do valor, de acordo com o disposto no inc. II, do art. 75, da Lei n. 14.133/21 e suas alterações, além de submeter-se aos preceitos de direito público aplicáveis a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Ilhéus com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir as controvérsias acaso oriundas do presente CONTRATO;

11.2 E, por assim haverem ajustado e contratado, fizeram as partes lavrar, em 03 (três) vias igual teor, este Instrumento, que assinam juntamente com duas testemunhas presentes ao ato.

Ilhéus (BA), xxxx de xxxxxxxxxxxx de 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratado

Testemunhas:

CPF/RG:

CPF/RG:

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Ref.: Dispensa de licitação nº. 013/2025

O **Presidente da Câmara de Vereadores de Ilhéus**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Com base no disposto no inciso II, do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **ADJUDICAR e HOMOLOGAR**, enquanto autoridade competente, a **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 013/2025**, oriunda do Processo Administrativo de nº 052/2025, tendo por objeto a Contratação de empresa para fornecimento de material de limpeza e higiene para serem utilizados pelo Poder Legislativo Municipal de Ilhéus – BA., conforme especificações e condições constantes neste Termo de Referência, em favor da empresa **PANN COM. VAR. E ATAC. DE PROD. ALIMT. LTDA**, inscrita no CNPJ n. 10.763.138/0001-04, estabelecida na Rua Lindolfo Collor, 128, Malhado, CEP 45651-310, na cidade de Ilhéus – Bahia., com o valor global definido em R\$ 51.846.80 (cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e seis reais, oitenta centavos),

Ilhéus-BA, 01 de agosto de 2025.

Augusto Cesar Porto Ribeiro
Presidente da Câmara de Vereadores

Praça J.J. Seabra, s/n, Centro, Ilhéus-Bahia



CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS
ESTADO DA BAHIA

EXTRATO DO CONTRATO N. 017/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 013/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS.

Contratado: PANN COM. VAR. E ATAC. DE PROD. ALIMT. LTDA, inscrita no CNPJ n. 10.763.138/0001-04, estabelecida na Rua Lindolfo Collor, 128, Malhado, CEP 45651-310, na cidade de Ilhéus/BA

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material de limpeza e higiene para serem utilizados pelo Poder Legislativo Municipal de Ilhéus – BA., conforme especificações e condições constantes neste Termo de Referência.

Dotação Orçamentária

ÓRGÃO: 01 – Câmara Municipal

UNIDADE: 01 – Câmara Municipal

PROJETO/ATIVIDADE: 2001 – Administração da Câmara e Assessorias

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de recursos: 150000 – Recursos não vinculados de Impostos - CM

VALOR: R\$ 51.846,80 (cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e seis reais, oitenta centavos),

Fundamento Legal: inc. II, do art. 75, da Lei n. 14.133/21

Data de assinatura: 01 de agosto de 2025.

Vigência: 01 de agosto de 2025 a 01 de agosto de 2026

Augusto Cesar Porto Ribeiro
Presidente da Câmara de Vereadores de Ilhéus

CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS
Rua JJ Seabra, S/Nº, – Centro - CNPJ: 13.009.816/0001-28, Ilhéus-Bahia

Portarias



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 268 DE 04 DE AGOSTO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO,
APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO
Nº 01/2024, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS, pessoa jurídica de direito público, com sede situada na Rua Araújo Pinho, 19, Praça JJ Seabra, Centro - Ilhéus - BA, neste ato representada por seu presidente, Exmo. Sr. Vereador Augusto César Porto Ribeiro, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o edital nº 001/2024 e a homologação do resultado definitivo do concurso público promovido pelo Poder Legislativo Municipal, publicada no Diário Oficial em 26 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO a iminente necessidade identificada no âmbito da Câmara Legislativa de Ilhéus, relativa ao provimento dos cargos em comento, em razão do aumento das demandas administrativas e legislativas, da ampliação das atividades institucionais e da implementação de melhorias na prestação dos serviços públicos, cujo atendimento eficiente depende da adequada estrutura de pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, a partir desta data de publicação desta Portaria, os candidatos aprovados no Concurso Público nº. 01/2024, para os cargos de provimento efetivo, conforme relação abaixo:



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

ANALISTA DE COMUNICAÇÃO		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622007209	ERIKSON WALLA SOUZA NASCIMENTO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622007711	SAMELA CASSIA DA SILVA LINDOTE
02	622008020	ATHOS BENVENUTO SANTOS CRUZ

ASSISTENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622006278	GABRIEL DE SOUSA PINHEIRO

INTÉPRETE DE LIBRAS		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622006022	GABRIEL NASCIMENTO SILVA

ASSISTENTE LEGISLATIVO		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622006816	BRUNO ROCHA BARBOSA

ASSISTENTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622007989	MARIA GABRIELLA ARAUJO OLIVEIRA



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

Art. 2º. O cronograma para apresentação de documentos, exames e demais atos pertinentes à posse estará descrito no Edital de Convocação, que será publicado no Diário Oficial em ato subsequente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS, em 04 de agosto de 2025.

AUGUSTO CÉSAR PORTO RIBEIRO
Presidente Câmara Municipal de Ilhéus.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2025

CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO

**PÚBLICO REALIZADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS – EDITAL
Nº 001/2024.**

A Câmara Municipal de Ilhéus, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 001 de 2024, homologação publicada no Diário Oficial em 26 de dezembro de 2024, CONVOCA os candidatos aprovados dentro do número de vagas e nomeados por meio da Portaria nº 01 de 04 de agosto de 2025, no referido certame, para o provimento dos cargos efetivos, para comparecerem aos eventos conforme calendário a seguir:

1. RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

ANALISTA DE COMUNICAÇÃO		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622007209	ERIKSON WALLA SOUZA NASCIMENTO



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622007711	SAMELA CASSIA DA SILVA LINDOTE
02	622008020	ATHOS BENVENUTO SANTOS CRUZ

ASSISTENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622006278	GABRIEL DE SOUSA PINHEIRO

INTÉPRETE DE LIBRAS		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622006022	GABRIEL NASCIMENTO SILVA

ASSISTENTE LEGISLATIVO		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622006816	BRUNO ROCHA BARBOSA

ASSISTENTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01	622007989	MARIA GABRIELLA ARAUJO OLIVEIRA

Cláusula 1ª – Os candidatos convocados deverão comparecer no dia 18 de agosto de 2025 à Câmara Municipal de Ilhéus, situada na Rua Tobias Barreto, 210, Cidade Nova Ilhéus BA 45652-170, das 09 horas às 18 horas, setor de Recursos Humanos, para a entrega dos documentos, munidos de fotocópias legíveis e documentos originais:



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

- a) 01 Foto 3x4
- b) Documento de Identificação (RG, CNH, Registro em órgão de classe)
- c) CPF – Cadastro de Pessoa Física
- d) Carteira de Trabalho – frente, verso e nº PIS/PASEP
- e) Comprovante de Escolaridade – diploma da habilitação para o cargo
- f) Comprovante de Residência (atual)
- g) Título de Eleitor (frente e verso)
- h) Certidão de Quitação Eleitoral
- i) Certidão de Reservista ou Certificado de Dispensa (para candidatos do sexo masculino)
- j) Certidão de Antecedentes, emitida pelo órgão de segurança pública estadual e federal
- k) Certidão Negativa Cível e Criminal de 1º grau da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais (Fórum)
- l) CND – Certidão Negativa de Débitos Municipais
- m) Comprovante de Situação Cadastral no CPF
- n) Certidão de Casamento ou Contrato de União Estável – RG e CPF do cônjuge
- o) RG e CPF dos dependentes
- p) Registro no Conselho da respectiva categoria – com comprovante de anuidade do ano
- q) Curso específico quando exigido no edital, comprovado por diploma

FORMULÁRIOS FORNECIDOS PELO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS (MODELOS ANEXOS)

- a) Declaração de Bens
- b) Declaração Negativa de Acúmulo de Cargo

Cláusula 2ª – No dia 20 de agosto de 2025, os candidatos deverão comparecer à Câmara Municipal de Ilhéus, situada na Rua Tobias Barreto, 210, Cidade Nova Ilhéus BA 45652-170, setor de Recursos Humanos, às 09 horas, para entrega dos exames pré-admissionais e, na sequência, realização de laudo médico, feito por médico do trabalho designado pela Câmara Municipal, em local e horário comunicados por meio do RH, não sendo admitida remarcação.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

EXAMES PRÉ – ADMISSIONAIS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS:

- a) Hemograma completo
- b) Colesterol HDL
- c) Colesterol LDL
- d) Colesterol Total
- e) Creatinina
- f) Fosfatase Alcalina
- g) Glicemia
- h) Grupo Sanguíneo + Fator RH
- i) Parasitológico de Fezes
- j) Raio X de Tórax PA
- k) Sumário de Urina
- l) TGO
- m) TGP
- n) Triglicerídeos
- o) Ureia
- p) VDRL

Cláusula 3ª – O atendimento obedecerá a ordem de chegada dos candidatos aprovados.

Cláusula 4ª – A Comissão de Concurso disporá do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de encerramento do período de entrega de documentos, para proceder à análise dos documentos apresentados pelos candidatos e do respectivo laudo médico.

Cláusula 5ª – Concluída a análise mencionada, será publicada no Diário Oficial, em até 24 (vinte e quatro) horas, a relação nominal dos candidatos habilitados e a indicação, quando for o caso, dos documentos ou laudos considerados insuficientes.

Cláusula 6ª – Os candidatos terão o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação dos resultados preliminares, para apresentarem recurso administrativo fundamentado.

Parágrafo único - Nessa contagem, exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento. Assim, o termo inicial do prazo é o primeiro dia útil que segue o da publicação.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

Cláusula 7ª – A Comissão de Concurso disporá de 24 (vinte e quatro) horas para apreciar os recursos interpostos e publicar no Diário Oficial a decisão final.

Cláusula 8ª – Recebida a decisão final, será publicada no Diário Oficial a lista definitiva de classificação dos candidatos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Cláusula 9ª – Concluída a publicação da lista definitiva, será publicada no Diário Oficial em até 48 (quarenta e oito) horas a convocação para posse, indicando data, horário e documentos exigidos.

Cláusula 10ª – O não comparecimento dentro do prazo estabelecido implicará na renúncia à vaga e na convocação do próximo candidato classificado.

Cláusula 11ª – O atendimento obedecerá à ordem de chegada dos candidatos aprovados.

Cláusula 12ª – O candidato nomeado será responsabilizado administrativamente por quaisquer informações inverídicas que vier a prestar, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula 13ª – Estará impedido de tomar posse o candidato que deixar de comprovar qualquer um dos documentos exigidos neste edital e seus anexos.

Cláusula 14ª – A nomeação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final do concurso público.

Cláusula 15ª – Caso a data prevista para comparecimento, entrega de documentos, exames, publicação em Diário Oficial ou realização de quaisquer etapas do processo admissional coincida com feriado municipal, estadual ou nacional, o prazo será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sem prejuízo aos direitos do candidato.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS, em 04 de agosto de 2025.

AUGUSTO CÉSAR PORTO RIBEIRO
Presidente Câmara Municipal de Ilhéus



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

ANEXO I – MODELO DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) da Identidade nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, em _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Ilhéus/BA, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) Declarante



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

ANEXO II – MODELO DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) da Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, em _____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:

1. _____ Valor: _____
2. _____ Valor: _____
3. _____ Valor: _____
4. _____ Valor: _____
5. _____ Valor: _____
6. _____ Valor: _____
7. _____ Valor: _____
8. _____ Valor: _____
9. _____ Valor: _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.

Ilhéus/BA, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) Declarante



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO

**DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS OU
FUNÇÕES PÚBLICAS**

Eu, _____, nacionalidade
_____, estado civil _____,
portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____,
inscrito(a) no CPF sob o nº _____,
residente e domiciliado(a) à _____,
nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado
da _____, DECLARO, para fins de posse no cargo de
_____, junto à Câmara Municipal de Ilhéus – Estado da
Bahia, que:

1. Não exerço atualmente qualquer outro cargo, emprego ou função pública, na Administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, que seja incompatível com o cargo ora assumido;
2. Não percebo proventos de aposentadoria, que sejam incompatíveis com o cargo para o qual fui nomeado(a);
3. Comprometo-me a comunicar imediatamente à Câmara Municipal de Ilhéus qualquer alteração posterior que implique acumulação de cargos ou proventos, sujeitando-me, desde já, às penalidades previstas na legislação vigente, inclusive à instauração de processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei Municipal aplicável;
4. Declaro estar ciente de que a prestação de declaração falsa constitui crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, além das sanções administrativas e cíveis cabíveis.

Por ser verdade, firmo a presente.

Ilhéus/BA, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) Declarante